

Metafísica – Uma Introdução Contemporânea

Michael J. Loux
(U. Notre Dame)

Resumão (1ª parte) de LOUX, M.J. (2002), *Metaphysics – A Contemporary Introduction*. 2ª ed. Londres: Routledge. Confeccionado por Osvaldo Pessoa Jr. para a disciplina FLF0469, Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência IV, USP, 2015 (feito inicialmente em 2006). O início aproximado de cada página do original está indicado entre colchetes: [8], assim como quaisquer comentários adicionais. No original as seções não vêm numeradas.

PREFÁCIOS [pp. xi-xiii]

Seguindo a tradição de Aristóteles, *metafísica* é a teoria do ser enquanto ser (Aristóteles), a mais geral das disciplinas, a busca da natureza e estrutura de tudo o que há. Destaque é dado às *categorias* do ser, que são os gêneros mais gerais que se aplicam às coisas. Há discordância quanto a quais são as categorias, quais suas propriedades e quais têm mais prioridade.

O livro de Loux começa examinando uma questão que está entre as mais antigas e importantes, que é o debate dos *universais*. Nossa teoria metafísica deve incluir entre suas categorias básicas coisas que são comuns a diferentes objetos? Os realistas metafísicos afirmam que sim (cap. 1), enquanto os nominalistas defendem que não (cap. 2). A seguir, examinam-se a natureza e estrutura dos *particulares* concretos (cap. 3) e dos objetos complexos, associados a proposições, fatos, estados de coisas e eventos (cap. 4). Proposições estão sujeitas a *modalidades*, como o possível, o necessário, o impossível e o contingente. A natureza da modalidade pode ser explicitada com a noção de “mundos possíveis” (cap. 5). A seguir, estuda-se a *persistência no tempo* dos objetos ordinários (cap. 6). Por fim, apresenta-se o debate entre realistas e antirrealistas, que toma a noção de *verdade* como foco central (cap. 7).

0. INTRODUÇÃO

0.1. A Natureza da Metafísica – Algumas Reflexões Históricas

[2] O termo “metafísica” surgiu como título de uma coletânea de textos de Aristóteles, escritos no séc. IV a.C. [O título só foi dado por Andrônico de Rodes no séc. I a.C., “Ta Meta ta Phusika”, que significa “O que vem depois dos escritos sobre a natureza”.] Aristóteles chamava sua disciplina de “filosofia primeira” ou “teologia”. Em alguns trechos, afirma que seu objetivo é o conhecimento das causas primeiras. [3] Sua meta é a apreensão da verdade, o que é compartilhado pela matemática e pela ciência. Mas enquanto a ciência se volta para a natureza e estrutura das substâncias materiais, a metafísica estuda a substância imaterial. A causa primeira, para Aristóteles é Deus ou o Movente Imóvel.

Aristóteles também define a metafísica como o estudo do “ser enquanto ser”. Assim, ela é uma ciência universal, que considera todos os objetos que há. Ou seja, ela

enfoca os objetos das ciências particulares e da matemática, mas sob uma outra perspectiva, aquela do ser enquanto ser, das coisas enquanto existentes. Central a este projeto está o delineamento das categorias fundamentais. [4] Aristóteles tinha consciência da tensão entre essas duas concepções da metafísica – busca das causas primeiras e estudo do ser enquanto ser – mas argumentou que elas se identificariam.

Esta concepção dupla da metafísica foi herdada pela Idade Média e também pelos racionalistas do continente europeu (sécs. XVII e XVIII), mas estes ampliaram o escopo da metafísica para incluir os fundamentos da física, a distinção entre seres vivos e inanimados, e o que é único no ser humano, [5] que envolve a relação entre mente e corpo, e a questão do livre arbítrio. Para justificarem sua definição mais ampla de metafísica, os racionalistas tomaram o objetivo da metafísica como sendo o estudo do ser, em todas as suas perspectivas. Christian Wolff [1729] articulou esta distinção de maneira clara. Em primeiro lugar, a “metafísica geral” estuda o ser enquanto ser; e dentre as metafísicas especiais, haveria a “cosmologia”, que estuda o ser enquanto coisa mutável, a “psicologia racional”, que estuda o ser de seres racionais como os humanos, e a “teologia natural”, que estuda o ser de Deus.

[6] Outra diferença entre a metafísica aristotélica e a dos racionalistas modernos é que a primeira era relativamente conservadora, próxima do senso comum, ao passo que racionalistas como Baruch Spinoza e Gottfried Leibniz montaram sistemas metafísicos bastante especulativos e contra-intuitivos. E foi justamente este caráter abstrato e especulativo da metafísica que se tornou alvo da crítica dos empiristas britânicos (por exemplo, David Hume, 1739). Immanuel Kant (1787) também criticou o projeto metafísico, argumentando que não temos acesso direto às coisas em si, mas apenas ao conteúdo sensorial estruturado pelo entendimento. [7] As teses que o metafísico deseja defender iriam além dos limites do conhecimento humano. Em lugar desta “metafísica transcendente”, Kant defende uma “metafísica crítica”, cujo objetivo não é descrever uma realidade que transcende a experiência sensorial, mas o delineamento dos traços mais gerais de nosso pensamento e conhecimento.

Este projeto de metafísica crítica foi retomado no séc. XX por Robin G. Collingwood (1940), Stephen Körner (1974), Nicholas Rescher (1973) e Hilary Putnam (1981, 1987). Peter Strawson (1959) inicia seu livro *Individuals* também defendendo que o objeto da metafísica é a descrição de nossos esquemas conceituais, mas depois ele passa a uma abordagem mais próxima do aristotelismo. Segundo esses autores, [8] a metafísica seria um projeto “descritivo”, cujo objetivo é a caracterização de nosso quadro conceitual, do corpo de representações com a qual concebemos o mundo e dos seus princípios reguladores. Dentro desta concepção de metafísica enquanto esquema conceitual, há os que vêem tais esquemas como imutáveis, e outros que os vêem como mudando com revoluções científicas e culturais. Para estes, a tarefa da metafísica é comparativa: ela buscaria mostrar as diferentes formas que entram em jogo nos diferentes esquemas que historicamente desempenharam um papel em nossas tentativas de retratar o mundo.

Já para os filósofos que tomam a metafísica no sentido pré-kantiano (quer sigam a cautela aristotélica ou a especulação racionalista), a metafísica tem como objetivo a descrição da natureza e estrutura do mundo em si. O estudo de nossas estruturas conceituais é diferente do estudo do mundo, mas o primeiro pode revelar traços do segundo, na medida em que ele espelhe o mundo.

[9] Por outro lado, há partidários dos esquemas conceituais que argumentam que é incoerente a própria ideia de um objeto separado e independente de esquemas conceituais.

Tal posição é uma versão do que é chamado de *idealismo*, sendo defendida por Richard Rorty (1979). [10] Os “esquematas conceituais” mais moderados aceitam que a ideia de uma realidade independente é coerente, mas negam que ela possa ser conhecida: só conhecemos nossos esquemas conceituais. Contra isso, alguns metafísicos tradicionais têm levantado a objeção de que o esquematista, para ser consistente, teria que admitir que o próprio conhecimento dos esquemas conceituais é impossível, pois só conheceríamos os esquemas que representam tais esquemas!

[11] Para o metafísico tradicional, nossos esquemas conceituais são justamente o caminho para termos acesso às coisas em si. As teses metafísicas, porém, são falíveis, podem estar erradas. Essa discussão entre os tradicionais e os críticos faz parte da própria metafísica, sob o tópico “realismo versus antirealismo”, que debate a relação entre pensamento e mundo.

0.2. Metafísica enquanto Teoria das Categorias

Assumamos, para iniciar nossa discussão, uma postura realista, tradicional, pré-kantiana. [12] O estudo do “ser enquanto ser” faria parte da metafísica geral, ao passo que o estudo da causa primeira seria tema da teologia natural. Seguindo a classificação de Wolff, haveria ainda a cosmologia, que estudaria o mundo material e suas mudanças, e a psicologia racional, que se concentraria no problema mente-corpo e na questão do livre arbítrio. Loux escolheu se concentrar apenas na metafísica geral. Hoje em dia, tópicos de teologia natural são estudados em aulas de “filosofia da religião”, os de psicologia racional em cursos de “filosofia da mente”, [13] sendo que a questão do livre-arbítrio é debatida especialmente na sub-área de “teoria da ação”.

Na metafísica geral, o objetivo principal é a identificação e caracterização das categorias sob as quais as coisas são classificadas. Tomemos um objeto familiar como Sócrates: o que é Sócrates? [14] É um filósofo, um homem, um mamífero, um animal, etc. Ele faz parte de classes cada vez mais gerais; a classe mais geral na qual se enquadra Sócrates – antes da última que seria dizer que ele é um “ente”, um “ser”, uma “coisa”, um “existente” – seria a sua categoria, que para Aristóteles seria a categoria da *substância*. [As dez categorias aristotélicas são: substância, qualidade, quantidade, relação, lugar, tempo, posição (sentado), estado (vestido), ação (escrever) e paixão (estar doente).]

[15] As discussões em metafísica obviamente não se resumem a uma classificação de entidades em categorias. Tais discussões são tipicamente questões sobre “que objetos existem?”. Tomemos o exemplo de cambalhotas: “cambalhota”, enquanto ente geral, existe? Um filósofo pode responder que sim, pois muitas pessoas dão cambalhotas, mas um outro, reconhecendo que as pessoas de fato praticam o movimento que chamamos “cambalhota”, pode negar que exista uma classe especial de entes chamada “cambalhota”. [16] A discussão é sobre se nossa *ontologia* (a lista filosófica oficial sobre as coisas que há) deve incluir cambalhotas. Naturalmente não encontraremos filósofos discutindo seriamente a existência de cambalhotas, pois trata-se de um tópico muito específico. O que eles estariam discutindo é se *eventos* (como cambalhotas) devem fazer parte da ontologia fundamental do mundo, ou seja, se existe uma categoria de eventos.

A discordância sobre categorias é pois uma discordância sobre o que existe. Existem propriedades? Relações? Eventos? Substâncias? Proposições? Estados de coisas? Mundos possíveis? [17] Por vezes, há um acordo sobre a existência de uma categoria, mas

discordância sobre se ela pode ser “reduzida” a outra categoria. Por exemplo, pode-se aceitar a existência de entidades materiais, mas defender que elas são redutíveis às qualidades sensoriais. O debate, então, gira em torno de quais seriam os *elementos primitivos* ou básicos da ontologia, ou seja, se uma certa categoria seria *primitiva* ou *derivada*.

1. O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS I – REALISMO METAFÍSICO

1.1. Realismo e Nominalismo

[21] A classificação que fazemos dos objetos do mundo reflete “semelhanças objetivas” entre as coisas. Esta tese é um truísmo [obviedade] pré-filosófico, mas tem sido bastante discutida ao longo da história da filosofia. Haveria uma explicação geral para o truísmo de que as coisas podem concordar quanto aos seus atributos? Ou seja, haveria algum princípio (“tipo geral”, “forma de fato”) que garantiria a concordância de atributos, exemplificada por duas coisas que têm a mesma cor amarela?

No *Parmênides*, Platão respondeu que sim: coisas semelhantes compartilhariam a Forma. [22] Este ponto de vista tem sido aceito por muitos filósofos, como Bertrand Russell (1912, caps. IX e X), Peter Strawson (1959, caps. V e VI), Alan Donagan (1963), Nicholas Wolterstoff (1973), Michael Loux (1978a) e David Armstrong (1989a), apesar de exprimirem suas ideias em terminologias diferentes. Ao invés de falarem em “coisas compartilhando uma Forma”, eles dizem que “coisas instanciam (exibem, exemplificam) uma única propriedade (qualidade, atributo)”. Tal posição é chamada de “realismo metafísico” [melhor seria “realismo de universais”, para não confundir com a tese, também chamada de “realismo metafísico”, de que o mundo tem uma realidade que independe do observador – confusão esta apontada por Loux na nota 4].

O realismo se opõe ao “nominalismo”. Conforme veremos no cap. 2, uma corrente nominalista [teoria dos tropos] busca uma explicação diferente para a concordância dos atributos, que não faça referência a entidades compartilhadas; outra corrente [nominalismo austero] defende que nenhuma explicação é necessária.

1.2. A Ontologia do Realismo Metafísico

Os realistas distinguem entre duas categorias de objetos: particulares e universais. [23] Um particular ocupa uma única posição espaço-temporal, ao passo que um universal é uma “entidade repetível”, distribuída, instanciada por diferentes particulares. Haveria universais monádicos (que se aplicam a um único particular) e haveria *relações*, que envolvem dois ou mais particulares (ou seja, podem ser diádicos ou, para n objetos, “ n -ádicos”). Um par de particulares “entra em” uma relação [ver p. 30].

Os universais monádicos são usualmente chamados de “propriedades”, mas há os que fazem uma distinção entre *propriedade*, que é “possuída” pelo particular, [24] e *espécie* [*kind*, ou gênero], ao qual o particular “pertence”. Uma espécie seria um “universal individuativo”, o que significa que os membros de uma espécie são indivíduos, diferentes entre si, e diferentes dos indivíduos de outras espécies. Há também “graus” de

concordância entre atributos: um cão e um gato são ambos do gênero mamífero, mas não são tão próximos entre si quanto um beagle e um labrador.

Os universais, assim, vêm em hierarquias de generalidade, [25] levando a uma ontologia bastante complexa. Mas, apesar de tal complexidade, tal teoria metafísica é frutífera para explicar diversos fenômenos, como o “discurso de sujeito-predicado” [predicação] e a “referência abstrata”, conforme veremos a seguir.

1.3. Realismo e Predicação

Na sentença ‘Sócrates é corajoso’, todos concordam que o objeto escolhido para se fazer referência é Sócrates. Os realistas (como Donagan, 1963, pp. 126-33), porém, sustentam igualmente que o termo de predicado ‘corajoso’ também tem “força referencial”. [26] O realismo adota a concepção de “verdade por correspondência”: ‘Sócrates’ corresponde a algo, e ‘corajoso’ também teria que corresponder. Se agora considero a sentença ‘Platão é corajoso’, o termo ‘corajoso’ corresponderia à *mesma entidade* predicada na frase anterior (referente a Sócrates). [27]

Mas qual é a natureza desta relação de correspondência? Qual “a espécie de relação referencial que liga predicados a propriedades, espécies e relações”? [Notar nesta frase o uso dos termos ‘espécie’ e ‘relação’ em dois níveis metalinguísticos diferentes]

[28] Alguns (como Gustav Bergmann, 1959, pp. 190-1) defendem que a relação que os predicados têm com os universais é a mesma que um nome (como ‘Sócrates’) tem com o correspondente particular. Um exemplo dado é a sentença ‘Isto é vermelho’, que consiste da cópula de dois nomes, sendo que ‘vermelho’ corresponderia à cor da mesma maneira que ‘isto’ corresponde a um objeto apontado. [29] Mas este exemplo se faz valer de uma ambiguidade dos nomes das cores, que funcionam tanto como adjetivos quanto como substantivos. O exemplo não funcionaria tão bem para frases como ‘Isto é circular’, para as quais não é claro que o adjetivo ‘circular’ corresponda a algum universal – apesar de o substantivo ‘circularidade’ corresponder.

Mesmo assim, muitos realistas defendem que um termo de predicado, além de ser *verdadeiro de* um particular (ou *satisfeito por* um particular), também *exprime* ou *conota* um universal. Na argumentação a favor desta tese, um ponto que é defendido é que “aplicar um termo de predicado a um objeto é mais do que meramente identificar o objeto como membro de um conjunto de objetos”, mas é também “identificar o universal em virtude do qual os objetos pertencem ao conjunto”.

Outro argumento é que uma frase como ‘Sócrates é corajoso’ pode ser parafraseada por uma frase em que o universal fica explícito: ‘Sócrates exemplifica coragem’. [30] ‘Coragem’ aqui denotaria o universal coragem. Os realistas argumentam que tal paráfrase pode sempre ser aplicada, convertendo ‘*a é F*’ em ‘*a exemplifica a F-idade*’. Haveria então uma relação referencial entre o predicado e o universal, que o realista chama de “expressão” ou “conotação”. Quando houver uma sentença de sujeito-predicado verdadeira, o universal expresso pelo predicado é exemplificado pelo referente do termo de sujeito da sentença. Para o realista, isso explica de maneira intuitiva como sentenças de sujeito-predicado podem corresponder ao mundo, [31] e isso em consonância com a noção de que o particular, ao qual o sujeito se refere, instancia a “concordância de atributos” estabelecida pelo predicado.

1.4. Realismo e Referência Abstrata

Outra vantagem do realismo metafísico seria dar uma explicação para o fenômeno da referência abstrata. Exemplos de um “termo singular abstrato” são: “triangularidade”, “sabedoria”, “humanidade” e “coragem”. Se sentenças como ‘triangularidade é uma forma’ ou ‘a sabedoria é a meta da vida filosófica’ forem verdadeiras, [32] então os termos singulares abstratos devem estar servindo de nomes para os universais. Nesse caso, tais sentenças só podem ser verdadeiras se os universais existirem. [33] Os realistas afirmam que só sua concepção consegue explicar porque algumas sentenças contendo um termo singular abstrato são verdadeiras.

A mesma observação valeria para sentenças que não contêm tais termos, mas que fazem referência a universais, como ‘este tomate e esta carro de bombeiro têm a mesma cor’, onde o universal em questão é a cor que os dois objetos compartilham. Este e o anterior são casos de *referência abstrata*. [34]

Nota-se que essas afirmações são independentes da teoria realista de predicação, vista na seção anterior. Nota-se também que se houver uma teoria nominalista que explique a predicação ou que dê conta da referência abstrata, então os argumentos realistas perdem sua força. Veremos que os nominalistas se esforçaram por vencer esse desafio. [35]

1.5. Restrições no Realismo – Exemplificação

Alguns realistas não concordam com a tese de que qualquer termo geral ou concordância de atributo corresponda a um universal específico, de forma que eles impõem restrições à versão ilimitada do realismo de universais.

Em primeiro lugar, notemos que uma versão irrestrita do realismo metafísico leva a um célebre paradoxo. Considere o termo geral ‘não exemplifica a si mesmo’ ou ‘não-auto-exemplificante’. [36] Ele se aplica a particulares como Alexandre Magno e ao número 2, mas não a universais como “incorporiedade” ou “a propriedade de ser idêntico a si mesmo”. De acordo com um realismo irrestrito, seria uma propriedade. O paradoxo surge quando analisamos se “a propriedade de ser não-auto-exemplificante” (“p-ñAE”) é auto-exemplificante (AE) ou é não-auto-exemplificante (ñAE). Se “p-ñAE” for AE, então a propriedade de ser ñ-AE se aplica a “p-ñAE”, e ele é ñAE. Mas se “p-ñAE” for ñ-AE, então *não* é o caso que “p-ñAE” seja ñAE, ou seja, ele é AE. Mas aí voltamos à condição inicial, e o ciclo argumentativo prossegue *ad infinitum*! (Esta é a versão do “paradoxo de Russell”, da teoria dos conjuntos, aplicado a propriedades.) Para evitar o paradoxo, é preciso negar que haja um universal associado ao termo geral “não exemplifica a si mesmo”.

Em segundo lugar, há um regresso ao infinito que foi apontado pela primeira vez por Platão, no *Parmênides* (131e-132b). Segundo o esquema platônico para explicar a concordância de atributos, se vários objetos são *F*, isso ocorre porque todos são exemplificações do universal *F-dade*. Porém, sendo assim, podemos dizer que esses vários objetos são “exemplificações de *F-dade*”, um atributo que é explicado pelo fato de todos serem exemplificações do universal “exemplificação de *F-dade*” [poderíamos ter adicionado o sufixo *-dade* a esta expressão, se quiséssemos ressaltar a analogia]. [37] Mas agora temos um novo atributo “exemplificação da exemplificação de *F-dade*”, que é

exemplificado por todos, de forma que existiria um universal “exemplificação da exemplificação da exemplificação de *F-dade*”, *ad infinitum*. A conclusão é que se quisermos aceitar o esquema explicativo de Platão, tal explicação nunca poderia ser completada, pois haveria uma série infinita de universais exemplificados pelos objetos. Loux mostra como este mesmo problema afeta a teoria realista de predicação (visto na seção 1.3). [38]

Alguns realistas resolvem esse problema negando que cada um dos universais da série infinita seja distinto: todos seriam versões do mesmo universal *F-dade*. Outros, porém, simplesmente constataam que um regresso ao infinito não é um círculo vicioso, de forma que ele pode ser tolerado. [39] Armstrong (1989a, pp. 54-5) argumenta, inclusive, que a regressão na teoria da predicação afeta tanto nominalistas quanto realistas.

Há uma terceira versão do argumento de regressão ao infinito que é considerada mais problemática para a maioria dos realistas. [40] Já vimos que se for o caso que ‘*a é F*’, então tanto *a* quanto a *F-dade* devem existir. Além disso, requer-se também que “*a* exemplifica a *F-dade*”, mas isso exprime uma *relação* entre *a* e *F-dade*. O realista defende que relações também sejam universais, de tal forma que ele precisa postular uma espécie de exemplificação de 2ª ordem para assegurar que *a* e a *F-dade* tenham a relação de exemplificação (de 1ª ordem). Isso gera então uma regressão ao infinito. Este argumento é uma versão daquele dado por Francis Bradley (1930, pp. 17-8), cuja finalidade era mostrar que não há relações. [41] A solução mais aceita entre os realistas é que sua teoria não deve se aplicar à noção de exemplificação. Para justificar isso, alguns argumentam que a exemplificação não é uma relação, pois a exemplificação seria anterior a qualquer relação. Uma relação liga objetos justamente por meio de um elo de exemplificação, de maneira que a exemplificação seria antes um *ligação* ou *nexo* não-relacional (*tie or nexus*). Esta conclusão pode ser usada para dissolver as duas versões anteriores do argumento de regressão. [42]

1.6. Restrições Adicionais – Predicados Definidos e Não-Definidos

Alguns realistas defendem restrições adicionais ao realismo de universais. O primeiro caso envolve predicados como ‘solteiro’. Segundo o realista, há um universal ligado a ele. Mas este universal é uma propriedade que algo tem apenas no caso em que ele tenha a propriedade de ser um *Homo sapiens*, de ser masculino e de ser descasado. Quantas propriedades estariam envolvidas aqui? Além das três últimas citadas, seria necessário também um quarto predicado, o de ser solteiro, ou não precisaríamos ser redundantes?

Este tipo de preocupação se estenderia também para predicados como “descasado”. Não se poderia dizer que “descasado” é verdadeiro de algo apenas no caso em que lhe falte a propriedade correspondente a “casado”?

Problemas desse tipo levaram alguns realistas, como Bergmann (1954, p. 122) e Donagan (1963, pp. 128-9), a fazerem uma distinção entre predicados *definidos* e *não-definidos* [*undefined*]. Os predicados não-definidos seriam primitivos, e estariam diretamente correlacionados com universais. Já os predicados definidos [no sentido, é claro, de terem uma definição, não no sentido de serem nítidos, exatos] a partir dos primitivos não corresponderiam a universais.

[43] Um problema com esta distinção é que predicados não vêm com uma divisão nítida entre primitivos e definidos. Tal divisão dependeria de como a linguagem é

formalizada, o que seria inaceitável para uma questão ontológica. Realistas de tendência empirista (do começo do séc. XX) propuseram que os predicados primitivos seriam aqueles que têm prioridade epistemológica, como os de cores, sons, cheiros, formas simples, etc. Esta proposta não é hoje muito aceita por causa da dificuldade de reduzir predicados da ciência teórica, da ética etc., a predicados perceptuais. [44]

Há outro problema, apontado por Ludwig Wittgenstein (1953, p. 66), de que nem sempre é possível definir um predicado (como “jogo”) em termos de predicados mais simples, de forma a fornecer condições necessárias e suficientes para se definir o predicado complexo. [45] Autores que levam a sério esta objeção, como Loux (1978a, pp. 20-1), são *holistas* a respeito de universais, ou seja, rejeitam a redução de um conjunto de universais a outro. Assim, terminam por aceitar que universais associados a ‘solteiro’ ou ‘descasado’ sejam tão reais quanto o associado a ‘vermelho’. Com relação à sugestão de Wittgenstein, de que seria impossível identificar um universal associado ao termo ‘jogo’, retrucam que tal universal seria simplesmente a propriedade jogo.

Realistas como Armstrong (1989a, p. 87) concordam com os empiristas que se deve restringir os predicados interessantes, mas discordam que os predicados interessantes sejam os perceptuais e que se deva tentar traduzir ou definir todos os outros predicados em função destes primitivos. Esses realistas também acusam os holistas ou antireducionistas de *apriorismo*, ou seja, a visão de que podemos determinar quais são os universais apenas refletindo sobre a estrutura da linguagem. [46] Para esses realistas, a questão de quais universais existem é uma questão empírica que deve ser resolvida pela investigação científica. Esta posição é chamada de *realismo científico*. Em última instância, seriam os predicados da física que teriam força ontológica.

Mas, neste caso, o que dizer dos predicados que não fazem parte das teorias físicas? Uma abordagem menos radical aceita que haja predicados e termos abstratos que não fazem parte da física, mas ela dá prioridade ontológica para propriedades, espécies e relações da física. A relação entre predicados não-físicos e os físicos não seria de redução: aqueles não poderiam ser analisados em termos destes. Mas os predicados físicos determinariam ou fixariam ontologicamente os não-físicos. Em outras palavras, universais não-físicos seriam *supervenientes* em relação aos universais físicos (Jaegwon Kim, 1993, pp. 53-78).

A segunda abordagem, mais radical, é a dos *eliminativistas*, que negam que predicados sem base na física tenham força ontológica (Paul Churchland, 1990, cap. II). [47] Nossa melhor teoria da natureza do mundo é aquela delineada pela física madura; assim, “na medida em que nosso relato não-científico do mundo é incompatível com a física madura, ele é falso.”

1.7. Há Atributos Não-Exemplificados?

A questão mais importante que divide os realistas é a ideia de universais *não-exemplificados*, ou seja, a ideia de que haja universais que não são, nunca foram e nunca serão instanciados em um particular. Esta ausência de instâncias pode ser *contingente*, como no caso de formas complicadas de objetos físicos: tais objetos poderiam ter uma certa forma complicada, mas de fato não têm. Ou, conforme alguns argumentam, esta não-exemplificação pode ser *necessária*, como no caso de um quadrado circular. Há alguma evidência de que Platão (*Fédon* 73a-81a, *República*, 507b-507c) acreditava em universais não-exemplificados. E é plausível supor [48] que Aristóteles aceitava apenas universais

exemplificados, ao escrever que se tudo fosse branco, a cor preta não existiria (*Categorias*, 11, 14a8-10). Armstrong (1989a, pp. 75-82) também defende esta posição. Loux chama então essas duas posições de “realismo platônico” e “realismo aristotélico”.

Os aristotélicos consideram que propriedades, espécies e relações precisam estar ancorados no mundo espaço-temporal. Eles discordam da “ontologia de dois mundos” de Platão, que separa universais de um lado e particulares do outro, e que para explicar como nós temos acesso aos universais, diz que este conhecimento é inato, *a priori*. Os aristotélicos tendem a negar o conhecimento inato, supondo que nosso conhecimento dos universais advém da observação empírica do mundo. Para eles, conhecemos os particulares apenas porque conhecemos suas espécies, suas propriedades e suas relações; e conseguimos conhecer espécies, propriedades e relações [49] através do contato epistêmico com os particulares que os exemplificam.

Já os platonistas argumentam que as mesmas considerações semânticas que nos levam a propor universais exemplificados também nos levariam a universais não-exemplificados. Suponha que uma pessoa *P* enuncie uma proposição, como ‘*a é F*’, que seja falsa. *P* afirmou alguma coisa, mas o quê? Ora, o significado do que *P* enunciou não pode depender da veracidade ou falsidade da proposição. Assim, *P* assevera, falsamente, que *a* exemplifica a *F-dade*, de forma que este universal existe, mesmo que nenhum particular jamais o exemplifique.

Para os platonistas, todos os universais são *seres necessários*, ao contrário dos particulares, que seriam contingentes. [50] A existência de uma propriedade, espécie ou relação seria necessária, mas sua exemplificação ou instanciação seria contingente.

Muitos platonistas negam que seja preciso adotar a ontologia dos dois mundos, pois o nexo da exemplificação amarra os dois mundos (dos universais e dos particulares). Para estes, os universais exemplificados podem ser conhecidos pela observação empírica; já os universais não-exemplificados são obtidos por extrapolação. [51: Notas do capítulo] [52] [53] [54]

2. O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS II – NOMINALISMO

2.1. A Motivação para o Nominalismo

O nominalista nega que haja universais. Há razões diferentes para esta recusa. [55]

(i) Um primeiro foco de ataque é a noção de *exemplificação múltipla*. “De acordo com o nominalista, a afirmação de que particulares numericamente diferentes exemplificam um e o mesmo universal leva a incoerência” (este argumento aparece em Platão: *Filebo* 15b, *Parmênides* 131a-e). Não seria possível que diferentes particulares, localizados em regiões espaciais desconexas, exemplificassem o mesmo universal – argumenta o nominalista – pois senão teríamos que admitir que uma mesma propriedade, por exemplo “vermelho”, está a 15 km de si mesma, o que seria falso.

(ii) Uma segunda objeção geral do nominalista é que “é impossível fornecer um relato não-circular das condições de identidade de coisas como propriedades, espécies e relações” (este ponto foi salientado por Willard Quine, 1960, p. 209). Segundo este argumento, só podemos introduzir uma espécie de objeto em nossa ontologia se pudermos fornecer uma descrição de quando temos um e o mesmo objeto daquela espécie e quando temos um número diferente de tais objetos. No caso dos universais, isso não pode ser feito

por referência aos particulares que os exemplificam, pois claramente dois universais diferentes (homem e bípede implume) podem ser instanciados pelo mesmo conjunto de particulares. [Uma exceção seria o universal “conjunto”, cuja condição de identidade é não-circular; dois conjuntos seriam idênticos se compartilharem todos seus elementos, ver p. 57.] O que distingue universais não é sua extensão (conjunto de instanciações), mas seu conteúdo. [56] Para explicar qual a diferença de conteúdo entre dois universais, precisamos introduzir outros universais, mas esta estratégia só funcionaria se estes forem de antemão numericamente distintos.

(iii) Uma terceira linha de ataque envolve as questões examinadas no capítulo anterior. Afirma-se que o realismo metafísico [de universais] seria necessariamente regressivo, ou seja, envolveria uma regressão viciosa ao infinito. (iv) Um quarto argumento, epistemológico, é que o realismo não conseguiria explicar como nós, enraizados no mundo concreto dos particulares, poderíamos conhecer entidades abstratas como propriedades, espécies e relações.

Cada uma das quatro objeções mencionadas acima não tem força, individualmente, para derrubar o realismo metafísico. O primeiro argumento, por exemplo, supõe que um universal deve ser associado a uma localização espaço-temporal, mas realistas como Russell (1912, p. 98) negam isso. [57] Mesmo aqueles realistas que supõem que um universal tenha uma localização espacial (Donagan, 1963, p. 135) negam que uma entidade única não possa ocupar regiões espaciais desconexas. Alguns nominalistas, como David Lewis (1983, p. 345), aceitam esta defesa realista: “por ocorrerem repetidamente, universais desafiam princípios intuitivos; mas esta objeção não é danosa, pois, em linguagem simples, as intuições foram feitas para os particulares”.

Com relação à segunda objeção, alguns realistas procuraram elaborar condições satisfatórias de identidade para universais, ao passo que outros consideram que a exigência nominalista não é apropriada (Loux, 1978a, pp. 99-101). [58] Nesta linha, argumenta-se que mesmo a condição de identidade de particulares é circular, já que depende de localizações espaço-temporais, que por seu turno dependeriam de particulares. Loux considera que a motivação central que move os nominalistas também não é esta segunda objeção.

A terceira objeção critica a conclusão realista de que a exemplificação é uma ligação ou nexos, e não uma relação. Os nominalistas consideram esta solução *ad hoc* ou então artificial, mas não uma razão suficiente para julgar que o realismo foi refutado. A quarta objeção também não tem muita força, por si só.

Assim, a origem do nominalismo não é nenhum argumento contra a posição do realismo metafísico [de universais]. Sua origem estaria, segundo Loux, em uma certa concepção da empreitada metafísica. Em analogia com a construção de teorias científicas, [60] na construção de teorias metafísicas um papel central é desempenhado pelo princípio de *simplicidade* ou *parsimônia*, que diz o seguinte: “dadas duas teorias com igual poder explicativo, é preferível a teoria que postula um número menor de distintos tipos irreduzíveis de entidades”. Segundo este ponto de vista, o problema do realismo metafísico é que sua ontologia postula duas categorias irreduzíveis: particulares e universais. Mas, segundo o nominalista, todo o trabalho do realismo pode ser realizado com apenas uma categoria: os particulares.

A origem desta concepção está na filosofia do maior nominalista medieval, Guilherme [William] de Ockham. A primeira vítima de seu princípio de simplicidade –

conhecido posteriormente como “navalha de Ockham” – foram justamente os universais, enquanto entidades não-linguísticas.

2.2. Nominalismo Austero

[61] Os nominalistas argumentam que uma teoria metafísica que postula somente particulares explica tanto quanto o realismo metafísico, dando conta dos fenômenos da concordância de atributos, predicação e referência abstrata. No entanto, não existe uma única teoria nominalista básica, como ocorre no caso do realismo metafísico, pois os particulares que são propostos nas diferentes teorias nominalistas são de tipo bem diferentes. Loux exemplifica essa variedade com três metafísicas nominalistas diferentes: o nominalismo austero, o nominalismo metalinguístico e a teoria do tropo.

Para o *nominalismo austero*, só existem particulares. A questão de quais são os particulares é sujeita a debate: pode incluir objetos cotidianos, ou no caso de um realista científico eliminativista, pode incluir apenas as partículas elementares da física. [62]

De qualquer forma, o nominalismo austero lida com o fenômeno da concordância de atributos como sendo um aspecto *fundamental* e não analisável do mundo (Quine, 1954, pp. 10-13; H.H. Price, 1953). Ou seja, é um fato básico irreduzível que objetos diferentes concordam em atributos, como serem amarelos, corajosos ou triangulares. O realista metafísico também parte de um fato fundamental, a existência de universais (como a triangularidade). O nominalista austero, porém, propõe que este conceito de primitivo ou fundamental seja invocado um passo antes, tomando como fundamental o fato de que certas coisas são triangulares.

O nominalista austero argumenta também (David Pears, 1951) que o uso legítimo de universais para explicar a concordância de atributos necessitaria de uma definição independente de universais. Senão, cair-se-ia numa pseudo-explicação, como aquela que explica o sono pela “*virtus dormitiva*”. [63]

Os nominalistas austeros também apresentam uma teoria da verdade para a predicação, partindo de alguns pontos em comum com o realista, como a aceitação da concepção de verdade por correspondência. Segundo eles, o que torna verdadeira uma sentença da forma ‘*a é F*’ é justamente que *a é F* (Quine, 1954, pp. 10-3; Price, 1953; Wilfrid Sellars, 1963a, pp. 225-46). [64] A correspondência entre a linguagem e o mundo se fundamenta em dois conceitos referenciais: a nomeação [ou *denotação*] (‘Sócrates’ denota Sócrates) e a *satisfação* (‘corajoso’ é satisfeito por certas coisas, incluindo Sócrates). [65]

Com relação a sentenças com referência abstrata, os nominalistas austeros mantêm sua estratégia de interpretar termos que aparentemente conotam universais como maneiras disfarçadas de referir a particulares concretos. Como exemplo inicial de paráfrase nominalista austera, a sentença ‘Sócrates exemplifica coragem’ seria na verdade ‘Sócrates é corajoso’. [66] Uma sentença envolvendo um termo singular abstrato, como ‘A triangularidade é uma forma’, é substituída por ‘Objetos triangulares são objetos enformados’. Essa estratégia de substituição de termos abstratos foi inaugurada por Ockham (*Summa Logicae*, 1323, ver Loux 1974, pp. 58-68), “que defendeu que sentenças envolvendo muitos (mas não todos) termos abstratos podem ser tratadas desta maneira”. [67]

Esta estratégia, porém, tem seus problemas. Considere a sentença ‘Marcella prefere vermelho a azul’. Uma tradução nominalista poderia ser ‘Marcella prefere objetos vermelhos a objetos azuis’. Mas os sentidos das frases são diferentes. Marcella pode preferir vermelho, mas escolher um vestido azul, por causa de outras propriedades. [68] Assim, o nominalista austero teria que introduzir uma cláusula *ceteris paribus*, indicando que todas as outras propriedades se manteriam iguais na paráfrase proposta. Teríamos, então, algo como: ‘Mantendo-se todo o resto igual, Marcella prefere objetos vermelhos a objetos azuis’. Mesmo esta solução Loux considera problemática, pois não teríamos como explicitar quais seriam todas essas outras propriedades que seriam mantidas constantes. [69] Os nominalistas austeros, porém, consideram que a vaguidão da cláusula *ceteris paribus* é uma virtude, e que nenhuma análise adicional é requerida.

Consideremos agora um exemplo de referência abstrata que não inclui termos singulares abstratos (como ‘triangularidade’), mas termos gerais que seriam verdadeiros de universais, como ‘cor’: ‘Este tomate e este carro de bombeiro têm a mesma cor’. [70] Uma solução nominalista austera seria introduzir um advérbio como ‘colormente’ para caracterizar a concordância que há entre os substantivos: ‘Este tomate e este carro de bombeiro concordam colormente’. Essa estratégia torna-se difícil para sentenças mais complicadas, como ‘Aquela forma foi exemplificada muitas vezes’; Loux concede que soluções podem sempre ser encontradas, mas elas se tornariam cada vez mais artificiais.

Por outro lado, “revisionistas” como Quine (1960, pp. 122-3) consideram que se a tradução for problemática, então o problema não está no nominalismo austero, mas nas crenças pré-filosóficas expressas pelas sentenças problemáticas. [71] Segundo o nominalista austero revisionista, “uma ontologia com uma única categoria, que incorpora apenas particulares concretos, é claramente preferível a uma barroca ontologia de duas categorias, com entidades altamente suspeitas que carecem de condições de identidade claras, com relações metafísicas bizarras e envolvendo potencialmente regressão ao infinito, e com explicações de valor apenas dúbio”.

Já o nominalista austero convencional aceita nossas crenças pré-filosóficas, e se preocupa em obter traduções para todas as sentenças envolvendo referência abstrata. Porém, encontra uma série de problemas. Em troca de uma ontologia de categoria única, ele tem que aceitar uma vastidão de coisas primitivas ou não-analisáveis: que as coisas são vermelhas, que elas são triangulares, etc., além das cláusulas *ceteris paribus*. [72] E seu tratamento da referência abstrata não segue um método uniforme, tendo que “se virar” a cada novo tipo de sentença com referência abstrata. Já o realista trata desses problemas todos segundo uma abordagem simples e sistemática.

Em suma, em termos *ontológicos* o nominalismo austero é mais simples que o realismo de universais, mas este é mais simples do que aquele no aspecto *explicativo*. [73]

2.3. Nominalismo Metalinguístico

Alguns nominalistas consideram que é possível ter a simplicidade ontológica do nominalismo austero e a simplicidade explicativa do realismo [de universais], no que se refere à referência abstrata. Sentenças como ‘triangularidade é uma forma’ não se refeririam a universais, nem a particulares do mundo, mas sim a expressões linguísticas. Ou seja, sentenças que incluem referência abstrata são implicitamente *metalinguísticas*, e podem ser traduzidas de maneira a deixar explícito seu aspecto metalinguístico. [74]

A origem desta concepção remonta a Roscelin de Compiègne (Roscellinus), pensador do séc. XII que foi talvez o primeiro nominalista reconhecido [c. 1090]. Segundo ele, falar de universais seria, na verdade, falar sobre expressões linguísticas que podem ser atribuídas predicativamente a muitos indivíduos. Assim, só nomes (*nomina*) que são termos gerais podem ter universalidade, e é esta tese que explica porque a concepção de Roscelin veio a se chamar “nominalismo”. Para Roscelin, as expressões linguísticas seriam meramente vocalizações, concepção esta que foi atacada por nominalistas posteriores como Abelardo (no seu *Logica ingredientibus*, c. 1130, ver McKeon, 1929), que salientou que seria preciso considerar que a linguagem tem significado para dar conta de sua universalidade. Ockham concordava com Abelardo que só expressões linguísticas com significado poderiam ser universais, mas postulava a existência de uma linguagem do pensamento, onde ocorreriam os universais fundamentais. Mas mesmo neste caso, Ockham concordava com Roscelin de que a universalidade é meramente uma capacidade de expressões linguísticas de serem predicados de diferentes objetos. Notamos que o realista tradicional parte do universal para fornecer uma análise da predicação, ao passo que o nominalista medieval tomam a atividade de predicação como básica e a utilizam para explicar o conceito de universal. [75]

A versão mais sistemática e completa do nominalismo metalinguístico foi proposta por Wilfrid Sellars (1963b). Ela parte do nominalismo metalinguístico proposto por Rudolf Carnap (1959, pp. 284-314), que considerou sentenças que incorporam termos singulares abstratos como sendo do “modo pseudo material”, ou seja, fariam na verdade afirmações do “modo formal” ou metalinguístico. Por exemplo, as sentenças ‘coragem é uma propriedade’ e ‘paternidade é uma relação’ seriam traduzidas por “‘corajoso’ é um adjetivo” e “‘pai de’ é um predicado diádico”. [76]

Um traço notável da abordagem de Carnap é seu caráter sistemático, que contrasta com a abordagem caso-a-caso dos nominalistas austeros. No entanto, seu relato recebeu várias críticas, dentre as quais consideraremos duas. Primeiro, pode-se argumentar que Carnap não conseguiu eliminar toda referência a universais, pois quando usa uma paráfrase como “‘corajoso’ é um adjetivo”, está se referindo à palavra genérica ‘corajoso’, e não a suas instanciações particulares [quando eu falei ‘seja corajoso’ para meu filho no posto de vacinação, ou quando ele me falou ‘seja corajoso’ na montanha russa].

Para esta distinção entre o termo genérico ‘corajoso’ e suas diferentes instanciações, Loux utiliza as expressões *type* e *token* [cuja tradução para o português é notoriamente difícil]. [77] “*Tokens* são expressões linguísticas entendidas como inscrições individuais ou pronunciações.” *Tokens* são as emissões linguísticas individuais, numericamente distintas, mas que podem ser *tokens* de uma mesma palavra, ‘corajoso’, entendido como um *type*. [M. Wrigley sugeriu traduzir *token* por “ocorrência”.] Claramente, “a relação entre um tipo e um *token* é a relação que liga um universal e suas instâncias: diferentes *tokens* de um único tipo instanciam este tipo”.

Assim, o fato de a teoria de Carnap se referir a expressões linguísticas entendidas como tipos o comprometeria à existência de universais (ou entidades multiplamente instanciáveis). Um segundo problema com a abordagem de Carnap é que a maneira como ele liga os termos singulares abstratos à linguagem restringe essa ligação a uma língua em particular, como o inglês, e não permite uma tradução do termo abstrato para outra língua.

Esses dois problemas, entre outros, foram abordados pelo nominalismo metalinguístico de Sellars (1963b). [78] Com relação ao primeiro problema, Sellars estipulou que a palavra ‘corajoso’ não funciona como um termo geral (correspondente a um

tipo ou universal), mas sim como um *termo singular distributivo*, que indicaria cada ocorrência particular da palavra ‘corajoso’. A distinção pode ser exemplificada na sentença ‘O cidadão cingalês tem liberdade de expressão’. O termo ‘cidadão cingalês’ não se refere a um universal abstrato; afinal de contas, entidades abstratas não têm direitos políticos. São os cidadãos individuais do Sri Lanka que têm direitos, como a liberdade de expressão. [79] Assim, Sellars parafrasearia a sentença ‘Coragem é uma virtude moral’ por: ‘O “corajoso” é um predicado de virtude’, onde a expressão ‘o “corajoso”’ é entendida como um termo singular distributivo.

Para resolver o segundo problema, Sellars introduz uma nova notação, as “aspas pontuais” [*dot quotation*], [80] que indica que a palavra ressaltada cobre qualquer tradução do termo em outras línguas. Assim, ao escrever •homem•, indica-se tanto ‘homem’, quanto ‘man’, ‘uomo’, ‘Mensch’, etc. A sentença vista anteriormente seria parafraseada por: ‘O •corajoso• é um predicado de virtude’, ou ‘•Corajoso•s são predicados de virtude’.

[81] Em seu notável trabalho de sistematização, Sellars introduziu outras distinções relevantes, [82] como uma sofisticada teoria de quantificação metalinguística, que permite traduzir sentenças como ‘Este tomate e aquele carro de bombeiro têm a mesma cor’.

Desde a época de Ockham, os nominalistas vêm afirmando ser possível parafrasear todas as sentenças verdadeiras em termos rigorosamente nominalistas. No entanto, até onde Loux sabe, Sellars foi o único a levar adiante este projeto em detalhes, “e seus esforços resultaram em um dos trabalhos mais impressionantes da metafísica do século XX”. Mesmo assim, realistas como o próprio Loux (1978a, pp. 78-85) têm tecido críticas ao trabalho de Sellars. Argumenta-se que a teoria de Sellars não consegue tratar adequadamente de sentenças como ‘O atributo mais frequentemente associado a Sócrates é uma propriedade’. [83] Uma crítica mais geral envolve a questão de o que faz vários *tokens* serem associados a um mesmo predicado trans-idiomático como •corajoso•. A resposta de Sellars é que todas essas ocorrências envolvem um mesmo “papel linguístico” nas respectivas línguas, mas o recurso a tal papel não seria um compromisso com um universal? A resposta de Sellars a esta crítica é que falar em “papéis linguísticos” é apenas um “modo de falar”, uma maneira econômica de se referir a fatos muito complexos a respeito de regras linguísticas, que em última análise se reduzem a indivíduos humanos que falam e escrevem. [84]

2.4. Teoria do Tropo

Os nominalistas austero e metalinguístico concordam que a única coisa que existe são particulares. Defensores da teoria do tropo [*trope theory*] sustentam que, além de particulares concretos, existem também atributos particulares. O vermelho de uma bola existe enquanto particular, mas não tem nada a ver com o vermelho de outro objeto. Assim, os atributos existem, mas não são entidades com exemplificação múltipla.

Esta posição difere daquela que afirma que os atributos poderiam ter exemplificação múltipla, mas que na verdade cada objeto tem uma cor ou forma levemente diferente de outro, de tal forma que no mundo empírico a exemplificação múltipla não ocorre (apesar de ela ser possível). Os nominalistas da teoria do tropo até aceitam que diferentes particulares concretos podem ser semelhantes de maneira exata, mas mesmo quando isso ocorre, eles têm atributos numericamente diferentes. Não seria uma questão de impossibilidade empírica, mas de um fato categorial sobre atributos. [85]

A ideia de que os atributos de particulares concretos são também particulares é antiga. Alguns comentadores a atribuem a Aristóteles (*Categorias* 2, 1a20-1b9); com certeza, Ockham a defendeu. (Loux nota que Ockham antecipou as três versões do nominalismo expostas neste capítulo.) Os empiristas britânicos – Locke (1690), Berkeley (1710), e Hume (1739) – parecem ter defendido semelhante posição. E no século XX, ele foi defendido por George F. Stout (1914), Donald C. Williams (1953) e Keith Campbell (1990). Segundo Williams, dois pirulitos “não ‘têm a mesma forma’ no mesmo sentido em que duas crianças ‘têm o mesmo pai’”. [86]

Tais atributos eram chamados, na Idade Média, de “primeiros acidentes”, e no século XX, de “unidades de propriedade” [*unit properties*], “casos” e “aspectos”. Williams introduziu o termo “tropo” para designar atributos entendidos como particulares. [Outros nomes dados para um tropo são: “instância de propriedade” (ou de relação), “particular abstrato”, “propriedade concreta”, “pedaço [*bit*] de qualidade”, “acidente individual” e “*Momente*” (em alemão). O infeliz termo “tropo” foi cunhado por Williams, meio que como uma piada filosófica. Santayana teria usado o termo “tropo” para a “essência de uma ocorrência”, então Williams a utilizou para a “ocorrência de uma essência”. Fonte: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, na internet.]

Por que um nominalista quereria popular a ontologia esparsa do nominalismo austero com tropos? Se este nominalista considera que os objetos imediatos da percepção são cores, cheiros e formas, faz sentido considerá-los como particulares qualitativos. Mesmo quem nega esta tese sensacionista, porém, pode considerar que as qualidades sensoriais podem ser o objeto de nossa atenção seletiva. Posso me concentrar na cor rosa do Taj Mahal, e pensar não na rosidão em geral, mas naquela rosidão única que só o Taj Mahal possui. [87]

Em termos de número de categorias, pode-se pensar na teoria do tropo como tendo apenas uma categoria – particulares – ou duas – particulares concretos e abstratos. Locke e Ockham tendiam a considerar duas ontologias, mas Williams reduzirá os particulares concretos a “feixes” ou “aglomerados” de tropos, como veremos no cap. 3.

A questão da concordância de atributos, entre particulares concretos, é explicada a partir da semelhança entre os respectivos tropos. Tal semelhança entre tropos, porém, não precisaria ser explicada, segundo esta abordagem.

Quanto à questão da predicação, duas posturas são possíveis. A postura *eliminativista* [mencionada na seção 1.5] é compartilhada pelos nominalismos austero e metalinguístico, e consiste em mostrar que um termo abstrato, como ‘sabedoria’, não se refere a um universal mas sim, no caso da teoria dos tropos, aos vários tropos que são sabedorias. A ‘triangularidade’, do mesmo modo, se referiria a certos tropos de forma, aqueles que são triangularidades. Assim, os dispositivos de referência abstrata seriam elimináveis do discurso. [88] Ockham pode ser considerado um teórico do tropo que concorda com essa estratégia eliminativista. O “Doutor Invencível” propôs que “um discurso sobre o que parece ser universais na categoria aristotélica de qualidade pode ser analisado como qualidades individuais”.

No século XX, porém, uma segunda postura tem sido defendida por teóricos do tropo. Trata-se da tese de que um termo singular abstrato é um nome, não de um universal, mas de um *conjunto de tropos semelhantes* (Williams, 1953, pp. 5-6). Notemos que um conjunto não é um universal, pois um conjunto tem condições de identidade nítidas, ao contrário de um universal. Ou seja, há uma resposta clara para a pergunta: quando é que dois conjuntos α e β são idênticos e quando são distintos? São idênticos quando

compartilham os mesmos elementos. Mas dois universais diferentes não têm semelhante critério de identidade. [89]

Sem o conceito de tropo, um nominalista austero não teria vantagem em associar um termo abstrato a um conjunto. Suponhamos que todo ser que tem um rim tem um coração, e vice-versa: o conjunto que estaria associado ao predicado ‘ter rim’ seria idêntico ao conjunto associado a ‘ter coração’, ou seja, esses dois predicados seriam considerados os mesmos! Com a introdução de tropos, este problema desaparece: o conjunto associado ao predicado ‘ter coração’ é o conjunto dos tropos ‘eu tenho coração’, ‘a perereca de meu banheiro tem coração’, ‘Gandhi tem coração’, etc. Tal conjunto é claramente distinto de ‘eu tenho rim’, ‘Gandhi tem rim’, etc. [90]

Predicar um termo geral de uma coisa particular é dizer que o particular concreto tem um tropo que pertence ao relevante conjunto de semelhança. A sentença em questão é verdadeira apenas quando, de fato, o particular concreto mencionado possui tal tropo. Temos assim uma teoria da predicação baseada na concepção de verdade por correspondência. [91]

A teoria do tropo é mais aceitável para um realista do que as outras duas formas de nominalismo, pois ela considera que termos singulares abstratos (como ‘coragem’ e ‘triangularidade’) correspondam a entidades reais (apesar de diferentes de universais). A teoria metalinguística de Sellars, por outro lado, tem um aspecto implausível, segundo Loux, que é não fazer referência à realidade extra-linguística, mas apenas à linguagem.

Uma das críticas à teoria do tropo (Loux, 1978a, p. 74) é que seu critério de referência para termos singulares abstratos falha quando o predicado associado não é satisfeito por nada. Por exemplo, os termos gerais ‘unicórnio’ ou ‘grifo’ estariam associados ao mesmo conjunto de tropos, que seria o conjunto vazio. [92] Mas ser um unicórnio é diferente de ser um grifo! Um teórico do tropo poderia responder a esta objeção de maneira análoga a como um realista aristotélico nega que existam universais não instanciados.

Outra crítica (Wolterstorff, 1973, pp. 176-81) parte da noção de que o referente de ‘coragem’ se identifica com um conjunto de tropos semelhantes. Mas tal conjunto é formado “necessariamente” pelos seus elementos, não podendo admitir um tropo adicional (senão seria outro conjunto). [93] Mas é estranho ter que admitir que o conjunto de entidades corajosas não poderia ser diferente! Uma saída seria invocar mundos possíveis, como veremos no cap. 5. [94: Notas do capítulo] [95]